



Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

Julho de 2021

Relatório completo [aqui](#)

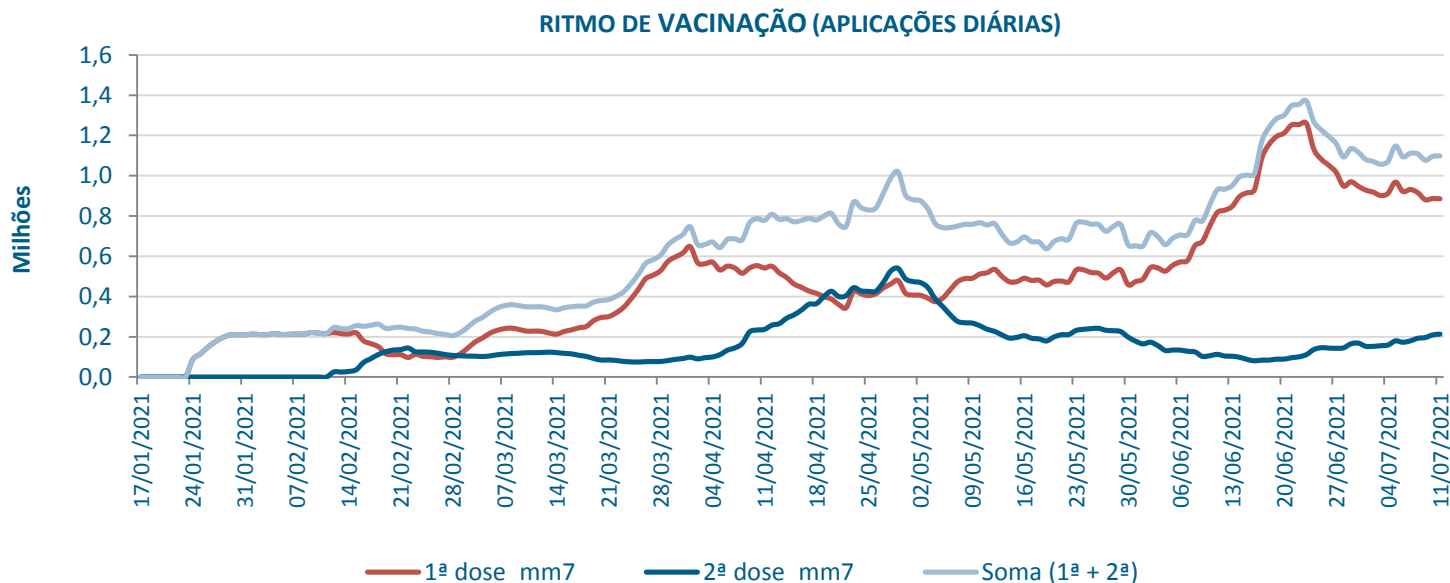
Felipe Salto

Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 14 de julho de 2021

- Baixo percentual de pessoas completamente imunizadas e crise hídrica são riscos à recuperação da atividade.
- Quadro de inflação segue pressionado pela alta de preços de commodities e da energia elétrica.
- Receita líquida do governo central teve alta de 3,0 pontos percentuais do PIB no acumulado do ano até maio.
- Isolando o efeito de atipicidades, o crescimento real da receita líquida foi de 15,9% entre janeiro e maio.
- Despesa primária do governo central caiu 17,3%, em termos reais, no período de janeiro a maio de 2021.
- Taxas de juros dos títulos emitidos em junho e julho voltaram a subir.
- Inflação de junho deixa folga de até R\$ 47,3 bilhões para ampliação de despesas em 2022.
- Quanto maior a inflação de dezembro, menor a folga projetada: um ponto a mais retira R\$ 12,4 bilhões da folga.

- Apesar do avanço da vacinação, o percentual de pessoas completamente imunizadas é ainda distante do nível considerado seguro ou ideal, o que ainda preocupa dada a disseminação de variantes mais infecciosas do SARS-CoV-2. Até o momento (dados do dia 11 de julho), o número total estimado de pessoas que receberam a primeira dose de uma das vacinas que estão em uso chegou a 83,8 milhões (o equivalente a 39,3% da população). Levando-se em conta as pessoas que receberam também a segunda dose de uma das vacinas disponíveis, o número é de 28,1 milhões (ou 13,2% da população).



Fonte: Plataforma covid19. Elaboração: IFI.

- Apesar da trajetória recente de apreciação da taxa de câmbio, o quadro inflacionário segue desafiador, repercutindo a alta dos preços de commodities, influenciada pela recuperação da atividade econômica no mundo (China, em especial), e do preço da energia elétrica, afetado pela piora das condições hidrológicas no Brasil. A surpresa positiva nos dados de atividade econômica, no curto prazo, e o distanciamento da taxa de inflação dos patamares compatíveis com a meta podem acelerar a alta da taxa básica de juros pelo Banco Central. A Selic está atualmente em 4,25% ao ano

- Descontando as transferências a Estados e Municípios, de R\$ 142,6 bilhões, no período de janeiro a maio de 2021, a receita líquida do governo central foi de R\$ 621,4 bilhões, aumento de 26,9%, em termos reais, frente aos cinco primeiros meses do ano passado. Em proporção do PIB, a receita líquida cresceu 3,0 pontos percentuais entre os cinco primeiros meses de 2020 (15,7%) e igual período de 2021 (18,7%).

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2019 A 2021 – JANEIRO A MAIO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Mai/19			Jan-Mai/20			Jan-Mai/21		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	652,5	0,0%	21,8%	577,7	-14,2%	19,6%	764,1	24,7%	22,9%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	410,5	-1,0%	13,7%	369,1	-12,9%	12,5%	491,7	25,7%	14,8%
<i>Incentivos fiscais</i>	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	161,9	2,6%	5,4%	140,6	-15,9%	4,8%	171,1	14,7%	5,1%
<i>Receitas não administradas</i>	80,1	0,3%	2,7%	68,2	-17,5%	2,3%	101,4	40,0%	3,0%
Transferências	120,4	5,9%	4,0%	115,8	-6,8%	3,9%	142,6	16,1%	4,3%
Receita líquida	532,1	-1,2%	17,8%	461,9	-15,9%	15,7%	621,4	26,9%	18,7%
Receita total sem atipicidades*	534,2	0,7%	17,9%	532,6	-3,6%	18,1%	777,3	16,0%	23,3%
Receita líquida sem atipicidades*	441,3	-0,4%	14,8%	438,9	-3,9%	14,9%	634,6	15,9%	19,0%
PIB (R\$ bi correntes)			2.989,7			2.949,2			3.331,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- Isolando os efeitos de algumas atipicidades, verifica-se um incremento de 16,0%, em termos reais, na receita primária total do governo central recalculada pela IFI, inferior à variação de 24,7% observada nos dados do RTN. A receita líquida recalculada, por sua vez, registrou acréscimo de 15,9%, em termos reais, sobre os cinco primeiros meses de 2020, também inferior à expansão de 26,9% atestada pelas informações do Tesouro.

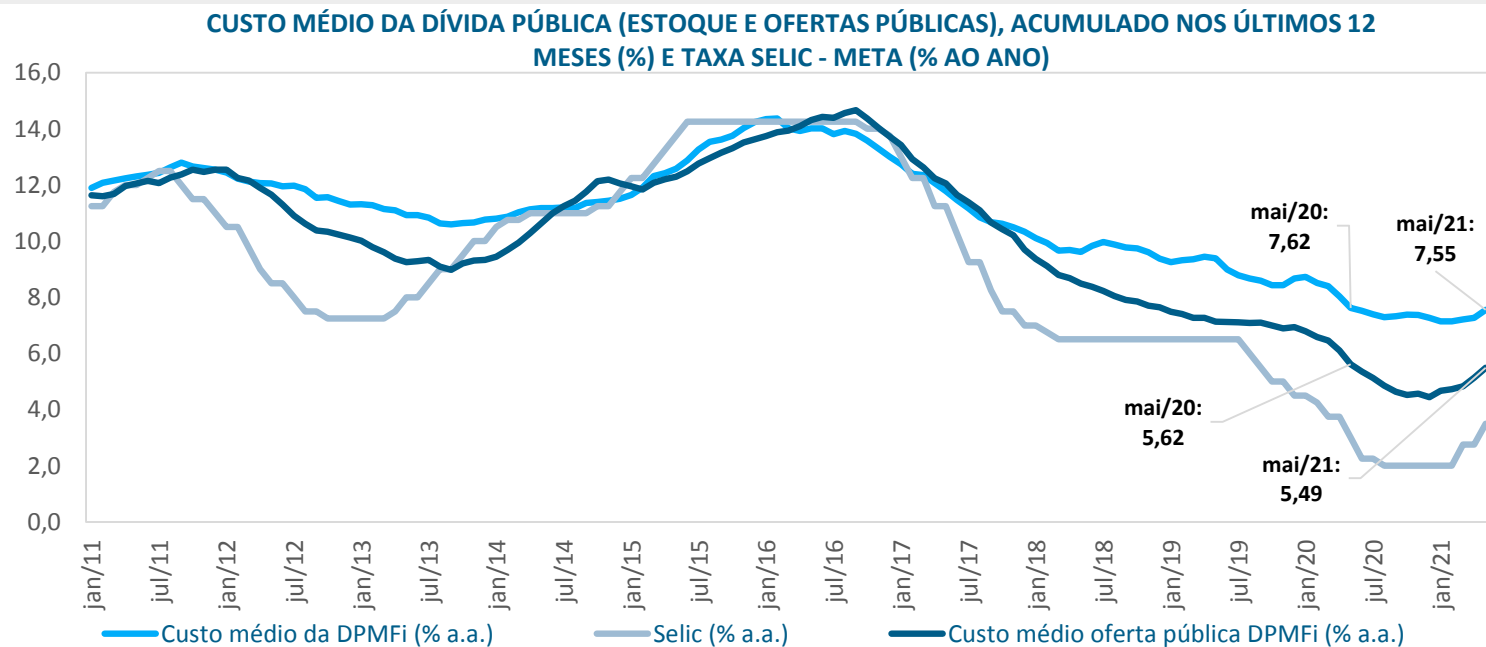
- A despesa primária do governo central somou R\$ 601,5 bilhões (18,1% do PIB) nos cinco primeiros meses de 2021, R\$ 82,9 bilhões abaixo da despesa executada em igual período de 2020, o que configurou retração de 17,3%, em termos reais. Entre janeiro e maio, houve contração real nas principais despesas primárias, a saber: pagamento de benefícios previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, abono, seguro-desemprego, créditos extraordinários, subsídios, subvenções, Proagro e discricionárias.

DESPESAS SELECIONADAS DO GOVERNO CENTRAL – 2019 A 2021 – JANEIRO A MAIO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Mai/19			Jan-Mai/20			Jan-Mai/21		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	549,6	-0,9%	18,4%	684,4	20,8%	23,2%	601,5	-17,3%	18,1%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	241,9	1,7%	8,1%	280,9	12,6%	9,5%	274,3	-8,0%	8,2%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	125,2	0,7%	4,2%	124,5	-3,6%	4,2%	126,2	-4,5%	3,8%
<i>Abono e seguro desemprego</i>	24,5	-1,1%	0,8%	24,9	-1,8%	0,8%	26,0	-0,9%	0,8%
<i>Benefícios de Prestação Continuada (BPC)</i>	24,8	1,9%	0,8%	26,1	2,4%	0,9%	27,9	0,4%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	2,5	1467,2%	0,1%	94,4	3572,0%	3,2%	36,0	-64,4%	1,1%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	5,4	-22,6%	0,2%	4,8	-13,7%	0,2%	3,5	-30,3%	0,1%
<i>Fundeb</i>	7,8	6,0%	0,3%	8,0	-1,1%	0,3%	8,6	2,2%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	13,9	4,5%	0,5%	1,0	-92,7%	0,0%	1,1	-2,4%	0,0%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	5,1	-28,0%	0,2%	20,7	285,4%	0,7%	2,8	-87,2%	0,1%
Obrigatórias	514,5	0,3%	17,2%	646,3	21,9%	21,9%	573,4	-16,5%	17,2%
Obrigatórias com controle de fluxo	54,7	-2,4%	1,8%	52,9	-6,2%	1,8%	57,2	1,9%	1,7%
Discricionárias	35,2	-15,8%	1,2%	38,1	5,3%	1,3%	28,1	-30,7%	0,8%
PIB (R\$ bi correntes)		2.989,7			2.949,2			3.331,8	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi subiu, em maio, para 5,49% ao ano na comparação em 12 meses, ante 5,13% ao ano apurado em abril. Em relação a maio de 2020, o custo médio das emissões da DPMFi teve queda de 0,13 ponto percentual.
- O aumento do custo médio do estoque e das novas emissões da DPMFi, a partir de março, ocorreu em linha com o início do ciclo de elevação dos juros básicos da economia pelo Banco Central. Desde então, a Selic sofreu três aumentos de 0,75 ponto percentual, estando hoje em 4,25% ao ano. As novas altas esperadas para a Selic nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sugerem que o custo médio da dívida vai continuar a subir nos próximos meses.

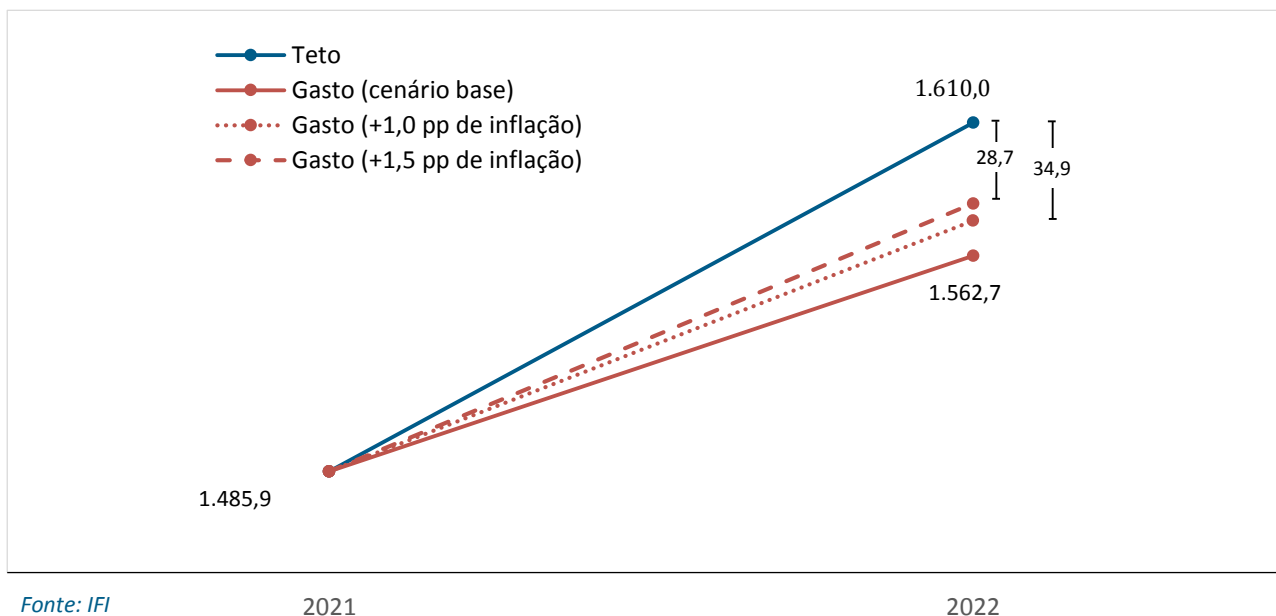


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

ORÇAMENTO DA UNIÃO: INFLAÇÃO DE JUNHO E O TETO DE GASTOS DE 2022

- A diferença entre o teto de 2022 e a projeção da IFI para os gastos sujeitos ao teto é de R\$ 47,3 bilhões e corresponde ao espaço disponível para inclusão de novas despesas no ano que vem sem descumprir a regra fiscal. No cenário base de junho, consideramos que o espaço será preenchido com a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) e a elevação de gastos discricionários.

ESPAÇO FISCAL NO TETO DE GASTOS DE 2022 (R\$ BILHÕES)



ORÇAMENTO DA UNIÃO: INFLAÇÃO DE JUNHO E O TETO DE GASTOS DE 2022

- No cenário base da IFI, cada ponto percentual (p.p.) de aumento na inflação gera um impacto estimado de R\$ 12,4 bilhões no gasto primário. Esse valor é a soma dos impactos do INPC e do IPCA: no primeiro caso, o aumento de 1 p.p. produziria um incremento de R\$ 8,1 bilhões nas despesas; no segundo, R\$ 4,2 bilhões. A título de comparação, o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (LDO 2021) estima que o efeito do aumento de 1 p.p. no INPC gera um impacto de R\$ 7,7 bilhões na despesa primária com benefícios previdenciários, abono salarial, seguro desemprego e BPC.

IMPACTO DO AUMENTO DE 1 P.P. NOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO SOBRE GASTO PRIMÁRIO (R\$ BILHÕES)

Item	Participação no gasto sujeito ao teto (%)	INPC	IPCA	Total
Benefícios previdenciários (RGPS)	47,3	6.843,2	-	6.843,2
BPC	4,5	706,7	-	706,7
Abono e seguro	4,2	565,6	-	565,6
Demais gastos primários	44	-	4.248,9	4.248,9
Total	100	8.115,5	4.248,9	12.364,4

Fonte: IFI